

FAMÍLIA E GRUPOS DE CONVÍVIO

Eliane Cristina LOPES

Uma luz no final do túnel! É assim que aparece o tema família, quando lançamos nossos olhos sobre a Historiografia Tradicional. Nesta perspectiva, a abordagem visa o estudo da formação da sociedade brasileira. Dessa forma, encontramos a família e todos os elementos que a compõe esquecidos em algumas linhas das páginas já amareladas dos trabalhos pioneiros de Oliveira Vianna, Luís de Aguiar Costa Pinto, Alcântara Machado, entre tantos outros estudiosos brasileiros do início do século. Seria heresia esquecermos do famoso modelo de família patriarcal que, por anos a fio, tentou instalar-se na estrutura dos lares brasileiros, formulado por Gilberto Freyre.

O mito gilbertiano começa a ser esfacelado na década de 70, momento em que a família passa a figurar como objeto central de estudo. A luz torna-se, então, mais forte! Muitos estudos são realizados e várias conclusões são posicionadas de modo a evidenciar uma nova estrutura domiciliária que repensa aquela proposta por Freyre.

Apesar de todo esse avanço, é apenas na década de 80, com o grande impulso da História Social, que essa temática adquire a importância merecida. Diversas e inéditas fontes documentais começam a ser utilizadas permitindo, além do progresso desse novo campo de pesquisa, inferência a outros aspectos intrinsecamente relacionados ao seu estado (mulher, criança, sexualidade, educação, transmissão de heranças, etc.).

Conquistando cada vez mais espaço na historiografia atual, o tema família passa a ser o centro de Encontros, Congressos, Seminários e publicações que enfatizam as novas estruturas familiares descobertas para a sociedade brasileira. Dessa forma, contribuem para o aumento daquela luz que, a priori, estava no fim do túnel.

É exatamente nesse sentido que surge a *Revista Brasileira de História*, nº 17. Abordando aspectos relativos à *Família e grupos de convívio*, apresenta

vários trabalhos (artigos, resenhas e notícias) que procuram priorizar, além da família, as fontes documentais e as inúmeras possibilidades de sua utilização.

Essa coletânea, organizada por Eni de Mesquita Samara, reúne estudos de diversos especialistas que estudam o tema em questão em todos seus aspectos e imagens, tanto no que tange o Brasil - Elizabeth Anne Kuznesof, Flávia Arlanch Martins de Oliveira, Muriel Nazzari, Ida Lewkowicz, Luiz Roberto Netto, Miriam Moreira L. Leite, Inês da Conceição Inácio, além de sua própria organizado-ra - como a Europa - Michelle Perrot e Angela Mendes de Almeida.

Nesse sentido, a Revista é apresentada pelo artigo de Eni de Mesquita Samara, que trata exatamente da evolução da Historiografia da Família nos últimos 20 anos brasileiros. Inclui, também, um amplo levantamento da produção recente dessa problemática com 260 títulos distribuídos entre: levantamentos, números especiais, livros, coletâneas, artigos, teses defendidas, textos publicados, publicações em anais e comunicações.

Enfocando a realidade paulista sob a especificidade da família, encontramos quatro pesquisas diferentes:

Com a utilização básica de fontes primárias impressas, como o Repertório das Ordenações e Leis do Reino de Portugal e a Coleção das Leis, Decretos e Alvarás de D. José I, Elizabeth Anne Kuznesof privilegia o relacionamento entre as alterações na estrutura social e no papel da família em fins do século XVIII, XIX e começo do XX.

Muriel Nazzari, detendo-se nos Inventários e Testamentos dos séculos XVII e XVIII, existentes no Arquivo do Estado de São Paulo, e do XIX, no Arquivo do Ministério da Justiça na Vila Leopoldina, analisa como o conteúdo dos dotes paulistas mudou no transcorrer desse período. Dessa forma, tenta também verificar como essas transformações refletem-se na função do núcleo familiar que, segundo o autor, passa de uma unidade de produção para de consumo.

A família proprietária da específica sociedade de Jaú do século XIX é enfatizada por Flávia Arlanch Martins de Oliveira. Procura mostrar, através dos dados encontrados nos Registros e Processos de Divisão de Terras, como o poder local resultou da articulação da ação política no interior da camada dominante que organizou e controlou a sociedade paulista dessa época.

Ainda para a Capital, Luiz Roberto Netto, com uma documentação relativa aos Relatórios Anuais da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de São Paulo, ao Código Civil e de Menores, apresenta o tratamento dispensado à população paulista. Neste sentido, dedica especial atenção a um tema pouco explorado no âmbito da História Social: a infância desvalida

A criança abandonada também é enfocada no trabalho de Michelle Perrot, que a enquadra no ambiente carcerário da "Petite Roquette", prisão

francesa destinada aos pequenos delinquentes, a partir de 1836. Descrevendo o dia-a-dia desse local, essa pesquisa desponta como uma denúncia à precariedade e à violência com que menores eram tratados. Com isso, faz-nos refletir na maneira com que crianças semelhantes àquelas são hoje marginalizadas.

Também com relação à transmissão dos legados, Ida Lewkowicz expõe as práticas de herança entre os libertos, nas Minas Gerais do século XVIII. Nessa fonte testamentária, visa captar as estratégias que esse grupo desempenhava para constituir suas famílias.

Enaltecendo o papel da Autobiografia para o estudo das representações familiares, Inês da Conceição Inácio limita-se a um grupo ideológico específico: os comunistas. Dessa forma, reconstrói as famílias desses militantes segundo a visão presente do memorialista. Para isso, selecionou um corpo documental composto por autobiografias de nove representantes do PCB, publicadas no período de 1976 a 1984.

Livros de viajantes estrangeiras são analisados por Miriam Moreira Leite que coloca-nos a par da importância dessa fonte para a descoberta de aspectos referentes à vida da mulher no núcleo familiar. Estabelece, ainda neste artigo, especificidades e diferenciações da condição das autoras e das personagens que descrevem.

Por fim, Angela Mendes de Almeida, volta-se à reflexão de três autores portugueses dos séculos XVI e XVII: Dr. João de Barros, *Espelhos de casados* (1540); Diogo de Paiva de Andrada, *Casamento perfeito* (1630) e D. Francisco Manuel de Melo, *Carta de Guia de casados* (1651). Apoiada nesses manuais portugueses de casamento, mostra-nos como se enquadram na moral cristã e no contexto social dos séculos XVI e XVII.

Assim, como vimos, a *Revista Brasileira de História*, em seu número destinado à *Família e grupos de convívio*, surge como uma contribuição essencial à evolução da História da Família no Brasil. Além disso, ajuda a fortalecer ainda mais sua luz, outrora no final do túnel, trazendo-a para seu início de modo a brilhar intensamente, lançando seus raios sobre os trabalhos que virão, no futuro, relativos a essa recente temática da Historiografia Brasileira.